

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Contas da saúde

• Bebês superlotam a UTI da Maternidade Fernando Magalhães, no Rio, onde já foi detectada a salmonela, a mesma bactéria da infecção que causou a morte de Tancredo Neves. Não há vagas de UTI neonatal em outros hospitais públicos no estado. Em Brasília, nega-se que se tenham cortado gastos sociais, em virtude dos acordos com o FMI. Os dados, no entanto, são esclarecedores. Uma assinatura em Washington mata gente no Brasil.

Quarta-feira, 7 de abril, foi o Dia Mundial da Saúde. A Câmara é integrada por 58 médicos e a bancada com interesses em hospitais e em saúde pública é de 108 deputados, segundo os cálculos de Ivan Paixão, que foi secretário de Saúde do governador Albano Franco, em Sergipe. A data foi lembrada através de intervenções na tribuna, sendo que a principal, por ter sido a mais objetiva, foi de um jovem deputado gaúcho, Henrique Fontana, ex-secretário da Saúde do governo petista de Porto Alegre.

Fontana considera que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi um grande avanço no sentido de concretizar o estabelecido no artigo 196 da Constituição, que diz ser a "saúde um direito de todos e um dever do Estado". Afirma que "o SUS não está falido, mas o estão falindo e asfixiando com um financiamento cada vez menor. Alguns falam que a corrupção estaria destruindo o SUS. Desafio-os a administrarem um sistema que paga R\$ 2,55 por consulta médica, R\$ 1,50 por atendimento em clínica de fisioterapia ou R\$ 16 para atender a um paciente com Aids em seu domicílio".

Segundo os dados do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que afirma estarem as prefeituras destinando, em média, 12% de seus investimentos ao setor, a defasagem na tabela do SUS está hoje em 81% quando comparada a 1994. Até fevereiro deste ano, a inflação setorial na área de saúde ficou em 109% e o reajuste da tabela foi de apenas 25% ao longo dos últimos quatro anos e meio. Esses dados são confirmados num documento da Federação das Casas de Misericórdia, entregue ao ministro José Serra.

O deputado Ivan Paixão calcula em 30% o aumento médio dos preços de medicamentos desde a desvalorização do real, em janeiro, e em 42% o de alguns remédios de uso continuado. O ministro José Serra, na tentativa de enfrentar a ganância dos importadores de equipamentos e materiais de consumo médio, que multiplicaram os seus preços duas e três vezes a pretexto da desvalorização cambial, pediu ao Conselho Fazendário a eliminação do imposto de importação. A medida não está ainda em vigor, por ter de ser negociada com os parceiros do Mercosul.

Doutor Rosinha é um pediatra paranaense que ostenta barbas bíblicas e se elegeu pe-

lo PT. Calcula ele que os R\$ 19 bilhões atualmente alocados à saúde no Orçamento representam menos que os US 11,5 bilhões executados no Orçamento de 1989.

Os exemplos de crise no sistema hospitalar que o deputado Henrique Fontana foi buscar no seu estado, o Rio Grande do Sul, um estado rico e com boa tradição na administração municipal, são esclarecedores. Na Grande Porto Alegre há um hospital municipal fechado em Canoas e outros ameaçados de fechar em Esteio, Guaíba e São Leopoldo. Em São Leopoldo a Prefeitura gasta 20% de seu orçamento em atendimento à saúde.

O deputado Hélio Santos, professor de pediatria eleito em Campinas pelo PDT, aponta a situação catastrófica dos hospitais universitários, que dependem do orçamento do Ministério da Educação. No da Unicamp, a maioria das intervenções de alta complexidade, como os transplantes, foi suspensa. A mesma situação ocorre nos hospitais da UFRJ, no Rio de Janeiro.

Vinicius Martins, assessor de imprensa da Sociedade Pestalozzi, em Niterói, referência da Unesco para tratamento de bebês com diferentes deficiências mentais, informa que nenhuma das mais de 200 sociedades Pestalozzi existentes no Brasil deverá sobreviver ao corte de verbas deste ano.

Diz o deputado Fontana:

— O hospital de pronto-socorro de Porto Alegre, para cada R\$ 100 de despesas com o atendimento de pacientes que se internam e dos atendidos em laboratório, recebe um repasse de R\$ 25, que é a tabela do SUS. Alega-se que não há dinheiro para reajustar a tabela. No entanto, em 1997, o país gastou R\$ 45 bilhões para remunerar capitais especulativos, o que representa mais de dois orçamentos da saúde. Em 1998, esse valor saltou para R\$ 73 bilhões. O aumento de R\$ 28 bilhões representa um orçamento e meio do Ministério da Saúde.

O que os deputados propõem como remédio de emergência: aumento de 40% na tabela do SUS e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 169, em tramitação há cinco anos, que vincula 10% de todos os impostos ao atendimento da saúde.

É pouco provável que o Governo aceite as propostas. Por outro lado, a conta dos juros este ano será bem maior do que a de 1998.